

Montevideo, 21 de Abril de 1933.

Dr. Assis.

Acabo de regressar de Rivera, onde assisti à reunião do nosso Partido. Não foram pequenas as dificuldades que enfrentaram os companheiros para comparecer à assembleia. Às vésperas da reunião, desdobraram-se os agentes das dictaduras em medidas de violência e de intimidação. Diversas prisões foram realizadas e alguns companheiros, como Bittencourt Azambuja e Alberto Pasqualini, se viram forjados a homiciar-se para fugir à prisão iminente. Os atentados culminaram no barbaro assassinato de nosso bravo correligionário Ismael José Pereira, no município de S. Sepé. Emfim, foram postos em prática todos os expedientes usuais para coartar a propaganda de nossa reunião e prejudicar-lhe a formação.

Nada disso obstante, o Congresso revestiu uma importância excepcional, com a presença de 45 representantes, entre os quais 10 membros do Directorio Central, representando 63 municípios do Estado. Nunca, até agora, senti em tão alto grau a força de nossa consciência partidária, que dia a dia se depura, para integrar uma verdadeira independência moral. E não é só isso. Não há palavras bastantes para gabar o alto senso de equilíbrio, que predominou em todas as deliberações. Durante o debate das diversas questões tive bem presente a sua observação de que não nos faltam valores, prontos a se revelarem nas ocasiões oportunas. A ala jovem do P.L. ocupou com grande brilho o primeiro plano das discussões, esclarecendo as questões mais intrincadas com plena satisfação da assembleia. Votei entusiasmado com a nossa gente. Depois das impressões gerais, passo as detalhes.

QUESTÃO RELIGIOSA - O P.L. decidiu, após um longo e acalorado debate votar o parecer Francisco Simões, mantendo o texto da Cont. de 1891. A resolução, como é de ver, revestiu uma grande importância e trouxe larga repercussão, amortecida logo depois pela manifestação do cardeal d. Sebastião Leme, determinando o alheamento do catholicismo das lutas políticas. O congresso votou-lhe uma moção de aplausos, por essa atitude. Devo esclarecer-lhe ainda que a impertinente posição tomada no Rio Grande, pelo arcebispo d. João Becker, além daquela desaprovação superior, já provocou manifestações de desagrado dos bispos de Santa Maria e de Uruguaiana e de destacados elementos católicos, como o dr. Adroaldo Mesquita da Costa. Manteve-se assim a tradição partidária e reipetiu-se a letra do nosso estatuto partidário.

QUESTÃO MILITAR - Duas correntes se defrontaram na assembleia, ambas concordantes em accentuar os pendores civilistas do P.L., e divergentes na maneira moderada ou radical de satisfazer esse designio. A primeira, mais numerosa, negava aos militares o voto activo e passivo, ao passo que a minoria sustentou a inelegibilidade dos militares. Sublevou, no caso, contra a imputação de que isso, importando em restrições de direitos individuais, ofendia a letra do programa e consideração das tradições anti-militaristas do P.L. e seus componentes, lembrando-a a propósito suas conhecidas opiniões, desde a campanha civilista.

QUESTÃO SOCIAL - Dentro do nosso estatuto partidário, foi possível, sem maiores esforços, enquadrar diversas teses concretas, que constaram de um brilhante parecer do nosso querido Waldemar Rippoll. Entre a sedução das ideias novas e o nível de mentalidade brasileira, o P.L. logrou a justa medida de concessões razoáveis, equidistantes de demasia para nais ou para menos. Consagram-se, nesse capítulo, as reivindicações proletárias arrroladas pelo Bureau Internacional do Trabalho. O tema da propriedade encontrou na Constituição Espanhola uma definição consentânea com o sentimento do P.L. Reconheceu-se a propriedade, como um

direito individual e uma função social, cabendo a desapropriação, por interesse público ou social, mediante prévia indenização. As demais conclusões lhe serão remetidas como integra do parecer Ripoll.

QUESTÃO FISCAL - O parecer do nosso companheiro Fernando Caídas, que segue incluído, estimou as diversas sugestões debatidas ou aventadas dentro da letra do nosso programa.

DIVORCIO - Foi um dos pontos mais debatidos, salientando-se um notável discurso proferido pelo Bruno Lima, a respeito. O parecer aprovado desclassificou a matéria do plano constitucional para o terreno das leis ordinárias e, cogão, fosse possível, conhecer o pensamento do P.L., nesse particular deu-se liberdade aos nossos deputados para votarem de acordo com as suas opiniões pessoais. Aí, mais uma vez, tive ocasião de observar o alto espírito partidário dos nossos homens. Os divorcistas constituíram a maioria da assembleia e poderiam ter votado uma resolução concorde com as suas opiniões. Mas, na incerteza de que isso representasse a verdadeira conceção da totalidade do Partido, preferiram declarar a matéria questão aberta, fora da rigidez das prescrições constitucionais.

CANDIDATOS - Todas as ponderações, que fizemos à assembleia sobre a não inclusão de seu nome na chapa, não lograram convencer os nossos companheiros. E eu também entendo que elas tiveram razão. As candidaturas foram votadas pelo Diretório Central em três escrutínios. No primeiro, lograram unanimidade o seu e o de Bruno Lima e foram eleitos por maioria, mais três. O segundo turno, proclamou mais dois candidatos e o terceiro completou a chapa, que está assim constituída: Assis Brasil, Bruno Lima, Régis Luiz Schneifer, Alberto Pasqualini, Oscar Pontoura, Minuano Moura, João Gonçalves Viana e Camillo Teixeira Mérico (Loté). Como suplementes, em caso de qualquer impossibilidade, Arujo Cunha e Bittencourt Azambuja. A chapa foi muito bem recebida, com algumas restrições da assembleia sobre os nomes do Loté e do G. Viana.

F. REPUBLICANO - Ainda não conhecemos com inteira segurança o ponto de vista dos nossos aliados republicanos sobre as nossas liberações. Elles eram de opinião que se concedessem as reivindicações católicas como elemento e leitoral. Essa era a opinião do Dr. Camillo Martins Costa, que veio da F. Alegre, para trocar iúzas connosco. Em virtude de nossa decisão, elle chegou a falar em abstenção do P.R. e talvez compareçamos ao pleito com chapas distintas, afim de que os católicos possam votar nos candidatos republicanos e os livre-pensadores sufragar os nossos nomes. Considerámos erronea esta atitude, mas a questão religiosa inspirou tais reacções e temores aos republicanos do P. Alegre, que, em ultimo caso, adoptaremos o alívio de duas chapas. Além do mais, o P.R. soffre serias ameaças de scisão, em consequencia de divergências doutrinárias, entre a tradição castilhista e as correntes modernas.

SITUAÇÃO MILITAR. - Approveitamos o estagio em Rivera para colher impressões sobre o estado de espirito das forças federais, que são apresentadas como prováveis autoras de uma nova perturbação. Effectivamente, nas forças Federais, existe grande trabalho de preparação. A parte uma fracção francamente hostil à intervenção dos militares em qualquer movimento, há dois grupos caracterizados de agitadores. Um deles, que é a maioria, trabalhado por uma ditadura militar, de acordo com a corrente tenentista. Outro, também numeroso, contraposto ao anterior, favorável a uma modificação violenta do actual estado de coisas. Diante dessas perspectivas sombrias, nosso correligionários mantém uma posição de

expectativa, apesar das provocações e perseguições que soffrem po toda a parte; Taes sejam os sucessos que assignalem as proximas eleições, tal sera nossa attitudo fente a estas agitações que se processam, estimuladas pela inconsciencia dos mandantes e a irresponsabilidade dos mandatarios.

Com minhas recommendações a D. Lydia, abraça-o affectuosamente